

Os projetos do Japão no Brasil e os dez milhões

HENRIQUE GONZAGA JR.

BRASÍLIA (Sucursal) — O governo brasileiro tem em mãos pelo menos três propostas de cooperação econômica do governo japonês, envolvendo programas de imigração para ocupação total ou parcial de uma área da ordem de 70 milhões de hectares, cerca de duas vezes e meia a área do Japão.

Essas propostas são as seguintes: 1) Programa de desenvolvimento dos cerrados, o mais extenso e mais ambicioso, previsto para uma área já identificada da ordem de 50 milhões de hectares compreendendo os Estados de Goiás e Minas Gerais; 2) Proposta de colonização ao largo da ferrovia Carajás-Itaquí, envolvendo área com cerca de 18 milhões de hectares e 3) Projeto da "International Mandioca Development Co. Ltd. of Tokyo" para produção de álcool-motor, a partir da mandioca, em 40 módulos de 50 mil hectares, na Amazônia, perfazendo 2 milhões de hectares.

Com os números gigantescos que esses projetos envolvem, exigindo imigração nipônica parcial no primeiro caso, e total nos demais, chega-se, com relativa facilidade, à cifra dos dez milhões de pessoas que o porta-voz do Palácio do Planalto, Alexandre Garcia, mencionou no mês passado ao observar que um só país pretendia enviar ao Brasil todo esse contingente de seus nacionais.

INTERESSES

Na ocasião, o porta-voz do Planalto referiu-se à questão dando a impressão de que a nova Lei dos Estrangeiros seria a barreira para conter a vinda desses dez milhões. Mas há elementos que levam à conclusão contrária, qual seja, a de que o projeto aprovado por decurso de prazo no Congresso Nacional serve mais aos interesses emigratórios do Japão do que para barrá-los. Até por coincidência, é interessante notar que os estudos sigilosos do governo para elaboração da lei iniciaram-se há cerca de seis ou sete anos, mais ou menos na mesma época em que o governo japonês começou a concretizar seu programa de utilização do cerrado brasileiro.

Já em 1974, o Brasil recebeu a visita do então primeiro-ministro Kakuei Tanaka, começando a partir daí a formalizar o programa de cooperação econômica com o Japão para a área dos cerrados. No ano seguinte, o país recebeu a visita do ministro Kuratsuki, da Agricultura, seguindo-se a ida do presidente Gensel ao Japão em 1976; e a do ex-ministro Alisson Paulinelli àquele país em 1977.

Há 20 anos no cerrado

Em janeiro de 1960, o presidente da Novacap, Israel Pinheiro, trouxe um grupo de japoneses para tentar a colonização do cerrado na periferia de Brasília.

"Mas a terra é muito ruim, dr. Israel" — reclamou o chefe do grupo.

"Ora — respondeu o presidente da Novacap —, se a terra fosse boa, você acha que eu iria chamar japoneses?"

O agente japonês responsável pela gerência de todo o programa do cerrado é a "Japan International Cooperation Agency", conhecida entre os técnicos do governo brasileiro como "Jica", sigla que deverá aparecer cada dia mais nos noticiários brasileiros na medida em que avançarem os programas de aproveitamento dos cerrados.

A Jica lidera um grupo de 49 acionistas japoneses que se associaram ao capital brasileiro, em torno de uma "holding" com 44 acionistas, para constituir a Companhia de Promoção Agrícola (Campo) e dar ao início ao "programa de cooperação nipo-brasileira para desenvolvimento dos cerrados".

O presidente da Campo é o ex-secretário-geral do Ministério da Agricultura, Paulo Afonso Romano. Em maio passado, depôs perante a Comissão de Agricultura da Câmara revelando elementos do programa nipo-brasileiro incluindo a política que será adotada — e que não está mencionada oficialmente em nenhum documento — para utilização de mão-de-obra pelo projeto nipo-brasileiro. Revelou então que um terço do pessoal empregado será constituído por mineiros (ou golanos) que já estão na área, outro terço por imigrantes de ascendência italiana ou germânica do Sul do País, e o último terço formado por nisseis. Explicou, assim qualquer possibilidade de os projetos receberem as correntes migratórias de nordestinos, as mais expressivas que incham hoje as grandes cidades.

A COBALA

A empresa Campo realiza hoje na região do cerrado um projeto piloto, de utilização de 50 mil hectares, atrás do qual virá o programa japonês para utilização dos 50 milhões de hectares.

O projeto piloto espalha-se em três áreas: 1) Tendo como centro a sede do Município de Iraí de Minas abrangendo, além deste, os municípios de Nova Ponte e Romari; 2) Tendo Coromandel como polo é parcialmente compreendida, além deste, pelos municípios de Patrocínio, Guimarães e Patos de Minas; 3) No Município de Paracatu, entre a divisa com Goiás e o município de Unai, com pequena parte da área neste último. Coincidentemente, todas as três zonas são áreas do polocentro.

Segundo o próprio presidente da Campo, Paulo Afonso Romano, a experiência vem indicando que, em cada área de 50 mil hectares, confere-se empregos diretos e indiretos para 7 mil pessoas, podendo-se, pelo efeito multiplicador, chegar a 15 mil empregados.

Tomando-se a primeira cifra, de 7 mil empregados em cada área de 50 mil hectares, e passando-a para os 50 milhões de hectares do programa, chega-se a conclusão que a mão-de-obra necessária à realização do

sonho nipo-brasileiro é da ordem de 7 milhões de pessoas, dos quais um terço, isto é, cerca de 2.400 mil, de nisseis.

O Brasil não possui tantos nisseis no campo, um estudo do governo revela que em 1965 eram ao todo 750 mil pessoas explorando uma área equivalente à metade da superfície cultivada do Japão. Sua participação então no total da produção brasileira era impressionante. Os japoneses detinham, em 1965, 92,1 por cento da produção nacional de chá, 80 por cento de casuloa, 82 por cento de pimenta-do-reino, 91 por cento de rami, 21 por cento de amendoim, 43 por cento de ovos, 58 por cento de tomate.

Depois daquele período, a participação dos imigrantes japoneses continuou crescendo atingindo, entre outros, as culturas de soja, citrus e hortifrutigranjeiros. Em 1977, dois terços dos produtos comercializados na Central de Abastecimento de São Paulo eram de produtores japoneses e nas feiras livres paulistas esta participação é hoje da ordem de 50 por cento.

OS 10 MILHOES

Se a política de preferência, para um terço dos colonos, no projeto dos cerrados for destinada a nisseis, o Brasil terá de acolher novo contingente imigratório. Mantidos os 2.400 mil correspondentes a um terço da ocupação em 50 milhões de hectares, pode-se multiplicar este número por cinco, que é o módulo familiar médio. O contingente de imigrantes nipônicos poderá ser menos inas, ainda assim, se esta cifra for adicionada a outras correspondentes aos programas de ocupação das margens da ferrovia Carajás — Porto de Itaquí, e de plantação de mandioca na Amazônia, o resultado será as dez milhões de pessoas anunciadas por Alexandre Garcia.

O projeto nipo-brasileiro de ocupação dos cerrados tem encontrado, porém, fortes críticos tanto no Congresso Nacional quanto em áreas do governo assustados com "a invasão japonesa".

PROPRIEDADES

Atualmente, a Jica já é proprietária de 57 projetos na área rural brasileira incluindo um de exploração do Parque Nacional do Tapajós que se inicia com a derrubada por ano de 200 hectares. Segundo o deputado Hélio Duque (PMDB-PR), muitos dos técnicos do Ipea, órgão de pesquisa da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, foram perseguidos, afastados ou remanejados porque tinham críticas ao projeto da Jica de ocupação dos cerrados.

A seu ver, o governo vem abrigando nisseis, vinculados aos interesses japoneses, para concretização do programa dos cerrados, citando, neste caso, a presença do cidadão Toshio Shibuya na presidência do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, que é um dos órgãos que integram exatamente a composição de projetos de cerrado. Shibuya, segundo o parlamentar, "aparentemente nada tem de expressão, mas passa a ter quando se sabe que este cidadão foi diretor do Bank of Tokio, com sede em Tóquio".

Já o deputado Fernando Cunha (PMDB-GO) critica o fato de o governo brasileiro ir contratar a Jica para a realização dos estudos de ocupação do cerrado, quando se sabe que não existe no Japão nada semelhante aos solos dessa espécie em Goiás e Minas Gerais. Entre outras observações formuladas pelo depoimento do presidente da Campo na comissão de Agricultura, observou que, por sua palavras e pelos documentos apresentados, ficara com a impressão de que, por mera bondade, "o Japão nos dá tudo e não nos leva nada de volta".